

Relatório Anual 2016

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Associados Alto Jacuí - Sicredi Alto Jacuí RS**

**Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria**





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Jacuí - Sicredi Alto Jacuí RS
Não-Me-Toque - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Jacuí - Sicredi Alto Jacuí RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Jacuí - Sicredi Alto Jacuí RS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 15 de fevereiro 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Jacuí - Sicredi Alto Jacuí RS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Jacuí - Sicredi Alto Jacuí RS
CNPJ/MF nº 87.779.625/0001-81

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	317.127	293.994	CIRCULANTE	136.255	132.728
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	2.575	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	39.916
			Depósitos à Vista		28.618
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		169.238	Depósitos a Prazo		11.298
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1			9.974
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		34	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		80.286
Correspondentes no país		30	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		3
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	169.174	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	80.283
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	137.085	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		79.859
Operações de Crédito		143.140	Recursos em Trânsito de Terceiros		523
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvidosa)		142.084	Recursos em Trânsito de Terceiros		537
(6.055)		(6.062)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	4.041
OUTROS CRÉDITOS		8.106	Empréstimos País - Outras Instituições		4.496
Créditos por Avais e Fianças Honrados		32			4.041
Rendas a Receber		912	OUTRAS OBRIGAÇÕES		10.705
Créditos Específicos		348	Cobrança e Arrecadação de Tributos		39
Diversos	(NOTA 07)	7.259	Sociais e Estatutárias		1.554
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvidosa)		(445)	Fiscais e Previdenciárias		599
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	123	Diversas	(NOTA 14)	9.297
Outros Valores e Bens		53			9.208
Despesas Antecipadas		70			
NÃO CIRCULANTE	46.550	48.068	NÃO CIRCULANTE	143.273	140.215
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		28.541	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		143.273
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	883	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	137.487
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		883	Depósitos a Prazo		137.487
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	27.561	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	5.786
Operações de Crédito		31.135	Repasses Interfinanceiros		2.445
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvidosa)		(3.574)			5.786
(2.890)					2.445
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	-			
Diversos		-			
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	97			
Despesas Antecipadas		97			
PERMANENTE		18.009	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	84.149	69.119
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	11.762	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	29.878
Outros Investimentos		11.762	De Domiciliados no País		29.901
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	3.996	(Capital a Realizar)		(23)
Imóveis de Uso		142			(39)
Outras Imobilizações de Uso		6.408	RESERVAS DE SOBRAS		50.114
(Depreciação acumulada)		(2.554)			40.027
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	2.251	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		4.157
Outros Ativos Intangíveis		3.948			3.387
(Amortização acumulada)		(1.697)			
TOTAL DO ATIVO	363.677	342.062	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	363.677	342.062

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Jacuí - Sicredi Alto Jacuí RS
CNPJ/MF nº 87.779.625/0001-81

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	16.850	-	16.850	35.090	-	35.090	32.567	2	32.569
Operações de Crédito	16.601	-	16.601	34.462	-	34.462	32.303	2	32.305
Resultado das Aplicações Interfinanceiras	245	-	245	580	-	580	203	-	203
Resultado das Aplicações Compulsórias	4	-	4	48	-	48	61	-	61
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(14.536)	(233)	(14.769)	(29.979)	(391)	(30.370)	(23.925)	(304)	(24.229)
Operações de Captação no Mercado	(8.827)	(11)	(8.838)	(17.407)	(18)	(17.425)	(14.661)	(17)	(14.678)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.491)	(222)	(2.713)	(5.208)	(373)	(5.581)	(3.793)	(287)	(4.080)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.218)	-	(3.218)	(7.364)	-	(7.364)	(5.471)	-	(5.471)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	2.314	(233)	2.081	5.111	(391)	4.720	8.642	(302)	8.340
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	3.841	1.518	5.359	6.492	2.865	9.357	1.536	2.712	4.248
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.082	2.553	4.635	4.128	4.775	8.903	3.146	3.479	6.625
Rendas de Tarifas Bancárias	1.646	-	1.646	3.130	-	3.130	2.707	-	2.707
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(6.226)	(532)	(6.758)	(12.483)	(868)	(13.351)	(10.897)	(766)	(11.663)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(3.627)	(491)	(4.118)	(7.034)	(834)	(7.868)	(5.939)	(795)	(6.734)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(5)	(124)	(129)	(18)	(233)	(251)	(26)	(171)	(197)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	14.480	298	14.778	26.051	323	26.374	19.141	1.361	20.502
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(4.509)	(186)	(4.695)	(7.282)	(298)	(7.580)	(6.596)	(396)	(6.992)
RESULTADO OPERACIONAL	6.155	1.285	7.440	11.603	2.474	14.077	10.178	2.410	12.588
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	173	(1)	172	992	(1)	991	255	-	255
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.328	1.284	7.612	12.595	2.473	15.068	10.433	2.410	12.843
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	385	385	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	224	224	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	161	161	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6.328	1.669	7.997	12.595	2.473	15.068	10.433	2.410	12.843
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.473	(2.473)	-	2.410	(2.410)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	6.328	1.669	7.997	15.068	-	15.068	12.843	-	12.843
DESTINAÇÕES	-	-	-	(10.911)	-	(10.911)	(9.497)	-	(9.497)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.329)	-	(2.329)	(2.257)	-	(2.257)
Fates - Estatutário	-	-	-	(594)	-	(594)	(484)	-	(484)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(7.127)	-	(7.127)	(5.806)	-	(5.806)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(861)	-	(861)	(950)	-	(950)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	4.157	-	4.157	3.346	-	3.346

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Jacuí - Sicredi Alto Jacuí RS
CNPJ/MF nº 87.779.625/0001-81

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	21.202	29.805	4.355	55.362
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	846	-	(846)	-
Destinações para reservas	-	3.507	(3.507)	-
Outras destinações	-	-	(2)	(2)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.799	-	-	1.799
Baixas de capital	(370)	-	-	(370)
Reversões de reservas	-	(41)	41	-
Resultado do período	-	-	12.843	12.843
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(484)	(484)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.806	(5.806)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.228	-	(2.257)	(29)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	950	(950)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	25.705	40.027	3.387	69.119
Mutações do Período	4.503	10.222	(968)	13.757
Saldos no início do período em 01/01/2016	25.705	40.027	3.387	69.119
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.281	-	(1.281)	-
Destinações para reservas	-	2.099	(2.099)	-
Outras destinações	-	-	(7)	(7)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.427	-	-	1.427
Baixas de capital	(817)	-	-	(817)
Resultado do período	-	-	15.068	15.068
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(594)	(594)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.127	(7.127)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.282	-	(2.329)	(47)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	861	(861)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	29.878	50.114	4.157	84.149
Mutações do Período	4.173	10.087	770	15.030
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	27.221	42.126	7.071	76.418
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	807	-	-	807
Baixas de capital	(432)	-	-	(432)
Resultado do período	-	-	7.997	7.997
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(594)	(594)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.127	(7.127)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.282	-	(2.329)	(47)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	861	(861)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	29.878	50.114	4.157	84.149
Mutações do Período	2.657	7.988	(2.914)	7.731

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Jacuí - Sicredi Alto Jacuí RS
CNPJ/MF nº 87.779.625/0001-81

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.435	16.033	15.174
Resultado do semestre/exercício	7.997	15.068	12.843
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(1.562)	965	2.331
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(1.067)	677	2.786
Provisão para desvalorização de outros créditos	22	62	82
Depreciação do imobilizado de uso	221	412	357
Amortização do intangível	189	349	301
Baixas do ativo permanente	18	19	4
(Reversão) para passivos contingentes	(90)	(119)	(435)
Destinações ao FATES	(594)	(594)	(484)
Dividendos SicrediPar	(261)	159	(280)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	3.042	8.819	30.105
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	4.246	5.140	(2.411)
Redução em relações interfinanceiras ativas	1.956	-	2
(Aumento) Redução em créditos vinculados	2	983	(275)
Redução em relações com correspondentes	237	213	48
(Aumento) em operações de crédito	(53.483)	(3.027)	(11.036)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	55.397	3.769	8.779
(Aumento) em outros créditos	(452)	(1.206)	(1.495)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	69	12	(15)
Aumento (Redução) em depósitos	(6.139)	2.502	33.742
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	332	(14)	107
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(769)	(455)	440
Absorção de dispêndios pelo FATES	(242)	(477)	(437)
Aumento em outras obrigações	1.888	1.379	2.656
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente	9.477	24.852	45.279
Aquisição de Investimentos	-	(379)	(1.798)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.423)	(2.191)	(747)
Aplicações no Intangível	(117)	(622)	(873)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(1.540)	(3.192)	(3.418)
Integralização de capital	807	1.427	1.799
Baixa de capital	(432)	(817)	(370)
Juros ao capital próprio	(47)	(47)	(29)
Distribuição de Sobras	-	(7)	(2)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente	328	556	1.398
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	8.265	22.216	43.259
Caixa e equivalente de caixa no início do período	163.484	149.533	106.274
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	171.749	171.749	149.533

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Jacuí - Sicredi Alto Jacuí RS ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 22/06/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 31 de dezembro de 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	294.038	(44)	293.994
OUTROS CRÉDITOS	7.121	(44)	7.077
Diversos	5.810	(44)	5.766
Ativo Não circulante	48.024	44	48.068
OUTROS CRÉDITOS	-	44	44
Diversos	-	44	44
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	4.248	-	4.248
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	6.744	(119)	6.625
Rendas de Tarifas Bancárias	2.588	119	2.707

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	32.516	(2.411)	30.105
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	47.690	(2.411)	45.279
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.829)	2.411	(3.418)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	2.575	1.570
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	169.174	147.963
Total	171.749	149.533

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	883	6.023
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	883	6.023
Total realizável a longo prazo	883	6.023

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	56.968	19.664	76.632	75.771
Financiamentos	4.580	4.798	9.378	11.336
Financiamentos rurais e agroindustriais	81.592	6.673	88.265	84.140
Carteira total	143.140	31.135	174.275	171.247

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	32	-	32	16
Títulos e créditos a receber (i)	5.401	-	5.401	3.929
Total	5.433	-	5.433	3.945

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível AA	-	1	1	-	-
Nível A	0,50	93.732	86.445	469	432
Nível B	1,00	50.401	54.931	504	549
Nível C	3,00	16.656	13.373	500	401
Nível D	10,00	8.200	10.013	820	1.001
Nível E	30,00	2.344	2.531	703	759
Nível F	50,00	2.638	3.675	1.319	1.838
Nível G	70,00	1.081	591	757	414
Nível H	100,00	4.655	3.632	4.655	3.632
Total (i)		179.708	175.192	9.727	9.026

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 347 (2015 - R\$ 309).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2016			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.007	14.088	19.087	13.382	47.564	44.891
Rural	56	15.274	66.262	6.673	88.265	84.140
Industrial	59	1.890	2.909	1.911	6.769	8.119
Comércio	645	5.165	3.707	3.134	12.651	13.681
Outros Serviços	934	3.695	13.795	6.035	24.459	24.361
Total	2.701	40.112	105.760	31.135	179.708	175.192

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	24.259	13,50	18.737	10,70
50 devedores seguintes	35.900	19,98	34.343	19,60
100 devedores seguintes	29.133	16,21	29.134	16,63
Demais	90.416	50,31	92.978	53,07
Total	179.708	100	175.192	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	9.335	6.467
Constituição de provisão	7.364	5.471
Movimentação de baixados para prejuízo	(6.625)	(2.603)
Saldo final	10.074	9.335

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.548 (2015 - R\$ 1.322), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 1.896 (2015 - R\$ 2.766).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	70	87
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.073	874
Devedores por depósitos em garantia	40	136
Impostos e contribuições a compensar	265	574
Títulos e créditos a receber	5.401	3.929
Valores honrados	8	16
Operações com cartões	35	6
Pendências a regularizar	-	61
Outros	367	83
Total Circulante	7.259	5.766
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	44
Total realizável a longo prazo	-	44

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	53	46
Veículos e afins	53	46
Despesas antecipadas	70	56
Total Circulante	123	102
Despesas antecipadas	97	131
Total realizável a longo prazo	97	131

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	5.995	5.897
Sicredi Participações S.A.	5.750	5.469
Outras Participações e Investimentos	17	17
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	16	16
Total	11.762	11.383

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	1.866.825 ON	1.775.943 ON	1	1	5.995.275	5.896.819
	3.882.164 PN	3.692.825 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,66%	0,68%	0,63%	0,72%	1,71%	1,72%
Capital social	869.279	804.351	165	138	351.047	342.223
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	361.513	352.655
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	5.750	5.469	1	1	5.995	5.897

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	6.550	(2.554)	3.996	2.236
Imobilizações em curso	-	1.641	-	1.641	423
Terrenos	-	6	-	6	6
Edificações	4%	136	(117)	19	29
Instalações	10%	980	(537)	443	388
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.737	(755)	982	833
Sistema de comunicação	10%	59	(22)	37	29
Sistema de processamento de dados	20%	1.567	(928)	639	399
Sistema de segurança	10%	165	(53)	112	41
Sistema de transporte	20%	259	(142)	117	88
Intangível (i)	5% a 15%	3.948	(1.697)	2.251	1.978
Investimentos Confederação		3.948	(1.697)	2.251	1.978
Total		10.498	(4.251)	6.247	4.214

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016			2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	28.618	-	-	28.618
Depósitos a prazo	4.528	6.770	137.487	148.785
Total	33.146	6.770	137.487	177.403
				174.901

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	80.283	79.859
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	80.283	79.859
Total circulante	80.283	79.859
Recursos do Crédito Rural	5.786	2.445
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	5.786	2.445
Total exigível a longo prazo	5.786	2.445

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 20/06/2020, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	4.041	4.496
Cooperativa Central Sicredi Sul	4.041	4.496
Total circulante	4.041	4.496

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	-	41
Obrigações por convênios oficiais	2	2
Provisão para pagamentos a efetuar	1.968	2.532
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	37	156
Provisão para coobrigações (i)	1.327	1.215
Pendências a regularizar	13	70
Operações com cartões	5.191	3.693
Demais fornecedores	360	342
Credores diversos	399	1.157
Total circulante	9.297	9.208

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	43	-	(43)	-
Cível	113	27	(103)	37
Total	156	27	(146)	37

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	-	43
Cível	Provável	37	113
Total		37	156

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 265 (2015 - R\$ 213).

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	29.878	25.705
Total de associados	19.335	21.799

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.173 (2015 – R\$ 4.503), sendo R\$ 3.563 (2015 – R\$ 3.074) via integralização de resultados e R\$ 1.427 (2015 – R\$ 1.799), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 817 (2015 – R\$ 370).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Jacuí - Sicredi Alto Jacuí RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8,6% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.329, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Jacuí - Sicredi Alto Jacuí RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2016 a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Alto Jacuí - Sicredi Alto Jacuí RS utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo Garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 993 (R\$ 238 em dezembro de 2015), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos iuros sobre capital próprio	15.068	12.843
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(6.329)	(5.394)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate milhas cartão	4	29
Provisão de PPR	(16)	17
Receita com atos cooperativos	5.290	4.173
Juros sobre o capital próprio	978	903
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	245
Outros	73	27
Subtotal	6.329	5.394
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	883	6.023
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	169.174	147.963
Outros Créditos - Rendas a receber	486	848
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.127	967
Investimentos (Nota 09)	11.746	11.367
Intangível (Nota 10)	2.251	1.977
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	86.069	82.304
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	4.041	4.496
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	5.083	3.670
Receitas		
Resultado Aplicações Interfinanceiras	580	203
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	3.261	39
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	21.686	17.247
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	5.582	4.080
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	413	335
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 22)	3.629	4.016

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	170	0,59%	79
Depósitos a prazo	1.293	0,87%	941
Operações de crédito	5.385	3,09%	1.626

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	1.830	1.380

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 7.868 (2015 - R\$ 6.734), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	990	1.192
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	20.781	16.202
Reversão de provisões operacionais	3.638	1.300
Outras rendas operacionais	965	1.808
Total	26.374	20.502

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	756	440
Contribuição O.C.E.	93	62
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	149	208
Contribuição Confederação Sicredi	2.479	2.556
Cooperativa Central Sicredi Sul	561	491
Contribuição Sureg	-	397
Encargos da administração financeira	118	100
Repasso Administradora de Cartões	301	240
Outras provisões operacionais	2.290	683
Outras despesas operacionais	833	1.815
Total	7.580	6.992

NOTA 23 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	78.258	76.272
Coobrigações em cessões de crédito	-	179
Total	78.258	76.451

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:		
Capital principal - CP	83.137	68.629
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	50.114	40.027
Lucros acumulados	4.157	3.387
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	1.012	490
Total do capital qualificado	83.137	68.629
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	32.468	31.911
Índice sobre o PR considerando a RBAN	26,96%	23,81%
Situação para o limite de imobilização	5.252	3.741
Índice de imobilização (limite 50%)	6,32%	5,45%

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Nélio Heller
Diretor Executivo
CPF: 945.337.920-49

Airton Martin Schuster
Diretor de Operações
CPF: 429.875.550-91

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72